

Afirmações, propostas e compromissos para continuidade¹ da relação entre Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) e Participação Social – SGPR.

Considerando que o Brasil vive um novo momento, marcado pela defesa da democracia e da retomada da participação social para estruturação e aplicação de políticas públicas, pela preocupação com o meio ambiente, bem como o combate da desigualdade social;

Considerando o agravamento das condições dos territórios atingidos por eventos climáticos extremos e, neste contexto, das dificuldades de implementação de ações e políticas públicas no âmbito do poder público, incluindo o executivo federal;

Considerando que tem sido enorme o empenho do atual governo em ações de prevenção resposta aos eventos climáticos extremos;

Considerando que somos milhares de atingidos de todo o país, organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, reiteramos nosso interesse na participação e no princípio construtivo e colaborativo para execução de políticas existentes e, ao mesmo tempo, criar novos mecanismos de proteção aos direitos e a vida das pessoas que vivem sob ameaça e risco;

Essa nova realidade nos faz considerar a possibilidade de uma nova institucionalidade, capaz de promover maior articulação de órgãos de gestão, em especial do poder executivo federal sobre os recursos hídricos, planejamento urbano, políticas públicas e ações de organização e educação de prevenção;

- 1) Propomos a continuidade e ampliação dos mecanismos de participação efetiva das pessoas atingidas nas ações acompanhadas e de competência do MIDR, em especial, sobre temas de interesse e de demandas dos territórios e pessoas atingidas, como na execução do novo PAC, o Plano Nacional de Segurança das Barragens, entre outras;
- 2) Compromisso do MIDR no acompanhamento das medidas de emergência e reparação dos atingidos por eventos climáticos extremos no Amapá, Rio Grande do Sul e em todo o país;
- 3) Sugerimos que o MIDR possa tornar público os planos de trabalho submetidos pelas prefeituras e governos estaduais, conferindo a transparência necessária para a fiscalização pela sociedade civil da atuação dos poderes executivos estaduais e municipais;

¹ Atividades egressas: I) Diálogos da Amazônia, II) Reunião com Ministro e III) Seminário Sociedade e Governo Juntos: pela integração entre proteção civil e segurança hídrica.

- 4) Constituição de uma mesa de diálogo e grupo de trabalho como mecanismo de participação e construção de experiências piloto conduzidas conjuntamente com o Ministério e o MAB;
- 5) Acompanhar a construção, elaboração do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e integrar o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- 6) Constituição de parcerias com o MIDR para efetivar experiências de segurança das populações atingidas, entre outras pautas já demandadas ao Ministério, como projetos produtivos, cisternas, piscicultura, execução de diagnósticos participativos visando a elaboração de planos de recuperação e desenvolvimento regional.
- 7) Que sejam realizados novos processos de investigação da dívida social em áreas atingidas por barragens, assim como realizado em parceria com o Ipea e MAB na barragem de Sobradinho – BA;

Nós atingidos e atingidas, vivemos nesses locais e estamos organizados e dispostos a compor essa nova institucionalidade, no exercício de uma participação efetiva para a estruturação adequada dos órgãos de Estado responsáveis, para reparação de nossos direitos, na reconstrução de nossos territórios e de nossas vidas;

Águas para vida, não para morte!

Brasília, 13 de novembro de 2023